



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE O PROCESSO DE CONCESSÃO DAS
RODOVIAS DA REGIÃO SUL.**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e quatorze minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, denominado Joaquim de Deus Nunes, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Redação Final (CCJ), conforme Edital nº 007/2026, com a finalidade de tratar sobre o processo de concessão das rodovias da região sul. A audiência teve como proponente o Vereador Jardel Souza de Oliveira, que, na condição de Presidente da CCJ, declarou abertos os trabalhos e passou a presidir a sessão. Compuseram a mesa o Vereador Jardel Souza de Oliveira; o Presidente da OAB Canguçu, Dr. Miguel Lessa; o Prefeito Municipal Arion Braga; o Deputado Estadual Pedro Pereira; e o Presidente da Associação dos Caminhoneiros de Canguçu, Vanderlei Voigt. Registrou-se também a presença, no plenário, do Presidente do Poder Legislativo, Carlos Eduardo Domingues Martins, bem como dos Vereadores Darci Ropke, Diego Wolter, Mauro Silveira e Marcelo Maron, além de demais autoridades, representantes de entidades e comunidade em geral. Na abertura, o Presidente destacou a importância do tema para a região sul, lembrou o histórico de concessões anteriores e manifestou preocupação com a possibilidade de repetição de modelos considerados onerosos à população, com altos custos de pedágio e baixo retorno em investimentos. Ressaltou ainda a dificuldade de diálogo com os órgãos responsáveis, especialmente a ANTT, e enfatizou que a audiência tinha como principal objetivo ouvir a comunidade, especialmente os trabalhadores que utilizam diretamente as rodovias. Na sequência, foram abertas as inscrições para manifestações populares, iniciando-se com o senhor César Madrid, representante do comércio, que se posicionou de forma contrária à implantação de pedágios, destacando os impactos econômicos negativos para o comércio local e o aumento geral de custos, defendendo maior investimento público direto nas rodovias e conclamando a mobilização popular contra a cobrança. Dando continuidade, fez uso da palavra o senhor Paulo Funari, caminhoneiro, que relatou sua insatisfação com décadas de pagamento de pedágio sem a devida contrapartida em melhorias estruturais. Criticou os percentuais de investimento previstos frente à arrecadação estimada, classificando o modelo como injusto e prejudicial, além de destacar que os custos acabam sendo repassados ao consumidor final, impactando toda a cadeia econômica. Na sequência, manifestou-se o senhor Adelar, motorista, que relatou experiência profissional no setor de concessões, afirmando que os custos operacionais são repassados à população e reiterando posicionamento contrário à cobrança de pedágio. Criticou a falta de representatividade política em algumas instâncias, mencionou propostas como o sistema de free flow e alertou para o aumento potencial de custos aos usuários. Defendeu maior mobilização social, inclusive com ações mais incisivas, para pressionar por mudanças no modelo proposto. Dando continuidade, fez uso da palavra Jardel Cardoso, ex-prefeito de Arambaré e representante do Deputado Federal Giovani Cherini, o qual relatou experiências anteriores em

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

enfrentamentos junto à ANTT, destacando a dificuldade de diálogo com o órgão e afirmando que os processos de concessão já chegam previamente estruturados. Ressaltou a necessidade de mobilização popular como forma de pressão efetiva, defendendo que, esgotadas as vias política e jurídica, cabe à população se posicionar de maneira ativa contra a implantação de pedágios. Na sequência, manifestou-se Cássio Motta, assessor do Deputado Federal Afonso Hamm, que transmitiu posicionamento contrário ao modelo apresentado pela ANTT, classificando-o como falho e desatualizado, por não considerar obras já previstas e financiadas pela União. Informou, ainda, a intenção de judicialização do processo e reforçou apoio ao movimento regional contrário à concessão. Posteriormente, fez uso da palavra Edvaldo Lara, ex-prefeito de Bagé, que destacou a necessidade de enfrentamento político mais amplo, afirmando que as decisões relativas às concessões partem de instâncias superiores do governo federal. Defendeu posicionamento firme dos representantes públicos e criticou o sistema político vigente, enfatizando a importância de alinhamento ideológico e mobilização para barrar a implantação dos pedágios. Em seguida, manifestou-se Luciano Bertinetti, assessor do Deputado Federal Daniel Trzeciak, que justificou a ausência do parlamentar e ressaltou sua atuação histórica contrária ao pedágio na região. Destacou a continuidade da luta contra novos modelos de concessão e reforçou a necessidade de mobilização mais incisiva da população, afirmando que apenas manifestações formais não seriam suficientes para impedir a implantação do sistema. Dando prosseguimento, utilizou a palavra Eduardo Lacerda, assessor do Vereador Marcelo Bagé, de Pelotas, que relatou sua experiência no setor de transporte e destacou os impactos negativos dos pedágios na economia regional, especialmente no encarecimento dos serviços e na dificuldade de atração de investimentos. Manifestou posicionamento contrário a qualquer modelo de cobrança e convidou os presentes para audiência pública a ser realizada no município de Pelotas, com o mesmo tema. Na sequência, fez uso da palavra a senhora Cristiana, professora, que, na condição de cidadã, relatou as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos com a cobrança de pedágios, destacando o impacto direto na mobilidade e na vida cotidiana da população. Defendeu maior participação popular, criticou a elevada carga tributária e manifestou-se contrária à privatização das rodovias, reforçando a necessidade de mobilização social para impedir a continuidade do modelo. Manifestou-se também Cláudio Quevedo, ex-vereador e presidente de movimento regional, que apresentou reflexão sobre os modelos de concessão, comparando o sistema tradicional com a proposta de free flow, apontando possíveis prejuízos adicionais à população. Informou mudança de posicionamento pessoal, passando a se colocar totalmente contrário a qualquer forma de pedágio, e destacou a baixa representatividade política da região como fator que contribui para a imposição de medidas desfavoráveis. Defendeu maior conscientização da população e fortalecimento da representatividade regional como caminhos para enfrentar a questão. Também fez uso da palavra Mahmoud Amer, representante da Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Sul e da Câmara de Dirigentes Lojistas (ACICDL), que se posicionou em nome do setor produtivo de forma contrária à implantação de qualquer modalidade de pedágio. Destacou a elevada carga tributária suportada pela população brasileira e a ausência de retorno adequado em serviços públicos, argumentando que a cobrança de pedágios compromete a

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

competitividade das empresas, encarece produtos e serviços e impacta diretamente o consumidor final. Alertou ainda para possíveis impactos econômicos negativos na região sul, defendendo maior mobilização informativa junto à população para demonstrar os efeitos da medida no cotidiano das famílias. Na sequência, manifestou-se a senhora Mara Regina, moradora da localidade do Posto Branco, que relatou sua trajetória de enfrentamento à antiga concessionária, mencionando dificuldades enfrentadas ao longo de quase três décadas de cobrança de pedágio, inclusive com ações judiciais. Posicionou-se de forma contrária à implantação de qualquer novo modelo, incluindo o sistema de free flow, afirmando que os custos recaem sobre toda a população, inclusive aqueles que não utilizam diretamente as rodovias. Ressaltou ainda que os valores pagos são repassados ao consumidor por meio dos produtos, impactando o custo de vida, e defendeu a união regional, com mobilização de prefeitos, lideranças e comunidade, para impedir a implantação de novas cobranças. O Presidente reforçou a importância da participação popular, destacou a expressiva audiência também por meio da transmissão online e reiterou a necessidade de união entre lideranças políticas e comunidade para enfrentamento da questão. Salientou ainda a relevância de buscar o comprometimento de representantes estaduais e federais quanto à posição contrária ao modelo de concessão proposto. Dando continuidade à audiência pública, foi concedida a palavra ao vereador Diego Wolter, que saudou as autoridades presentes, colegas vereadores e a comunidade, destacando a importância do debate para toda a região sul. Ressaltou o sentimento inicial de liberdade após o fim da antiga concessão, mas afirmou que esse período foi breve diante das novas propostas de cobrança. Manifestou-se contrário a qualquer modelo de pedágio, enfatizando que a população produtora não pode continuar arcando com custos elevados, reiterando que o município de Canguçu e a região são formados majoritariamente por trabalhadores que dependem da mobilidade para sua subsistência. Na sequência, o vereador Marcelo Maron também se posicionou contrário à implantação de pedágios, argumentando que a elevada carga tributária já suportada pela população torna injustificável a cobrança adicional. Destacou a importância do posicionamento político claro por parte dos representantes públicos, especialmente em período eleitoral, defendendo que a população deve identificar aqueles que realmente representam seus interesses. Ressaltou ainda a necessidade de mobilização popular organizada e pacífica como forma de pressionar as autoridades competentes. Posteriormente, fez uso da palavra o deputado estadual Pedro Pereira, que reafirmou sua histórica oposição aos pedágios, classificando-os como um “ônus excessivo” à população. Relatou experiências pessoais com os altos custos ao longo dos anos e destacou que tais cobranças impactam diretamente o custo de vida, sendo repassadas ao consumidor final. Criticou a ampliação do número de praças previstas e a duração dos contratos, defendendo revisões periódicas e maior transparência. Colocou-se à disposição para participar de mobilizações e reforçou seu compromisso com a causa. Em seguida, o vereador Riteli Sampaio destacou a violação do direito de ir e vir da população, enfatizando que os trabalhadores têm sido penalizados de forma recorrente por meio de tributos, multas e custos operacionais elevados. Criticou o impacto econômico dos pedágios sobre a população e reafirmou posicionamento contrário, defendendo a união de esforços para combater a medida.

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Na continuidade, o vereador Mauro Silveira ressaltou a mobilização regional contra os pedágios e criticou a atuação dos órgãos reguladores, afirmando que decisões estariam sendo impostas sem a devida consideração às demandas locais. Destacou que a população já não aceita novos encargos e reforçou a necessidade de conscientização daqueles que ainda defendem a cobrança, visando fortalecer o movimento contrário. O presidente da Câmara de Vereadores, Carlos Eduardo Martins, também fez uso da palavra, destacando a relevância do tema e a necessidade de união entre poder público e comunidade. Ressaltou que o município sofreu atrasos significativos durante o período anterior de concessão e que o momento exige posicionamento firme contra a retomada de pedágios. Defendeu a ampliação da mobilização e o engajamento de diferentes setores da sociedade. Na sequência, o prefeito de Turuçu, Ivan Scherdien, manifestou apoio integral à causa, relatando experiências negativas vividas durante o período de concessão anterior. Destacou o impacto social e econômico dos pedágios, especialmente em municípios menores, e reforçou a necessidade de mobilização regional e atuação conjunta junto aos órgãos federais. Informou ainda sobre articulações para levar a pauta a Brasília e buscar medidas legais contra o modelo proposto. O prefeito de Canguçu, Arion Braga, realizou manifestação enfática em defesa da população, destacando que sua prioridade é o bem-estar dos cidadãos. Ressaltou que, mesmo diante de possíveis perdas financeiras ao município, não apoiará medidas que prejudiquem os trabalhadores. Criticou a proposta de implantação de novas praças, classificando-a como prejudicial ao desenvolvimento regional, e reafirmou seu compromisso com a luta contra qualquer modelo de pedágio, defendendo mobilização popular e atuação política firme em todas as esferas. Dando prosseguimento à audiência pública, foi registrada proposição encaminhada pela comunidade quanto à possibilidade de adoção de medidas judiciais para impedir o leilão do projeto de concessão de pedágio. Na sequência, foi concedida a palavra ao presidente da subseção local da OAB, doutor Miguel Lessa, que iniciou sua manifestação saudando as autoridades presentes, vereadores e a comunidade, destacando a relevância da pauta e elogiando a atuação do Poder Legislativo municipal na promoção de debates de interesse público. Em sua fala, ressaltou o papel institucional da Ordem dos Advogados do Brasil como entidade constitucionalmente reconhecida para a defesa da sociedade civil, enfatizando o compromisso da OAB com pautas que impactam diretamente a população, especialmente os setores produtivos. Destacou a importância dos movimentos organizados, como o dos caminhoneiros e o setor agropecuário, que, segundo ele, vêm sendo diretamente prejudicados pelo elevado custo operacional e tributário. O representante da OAB manifestou posicionamento contrário à implantação de pedágios, argumentando que a medida tende a agravar ainda mais a carga econômica suportada pela população, especialmente em uma região já historicamente penalizada. Destacou dados relacionados à arrecadação tributária e à baixa devolução de recursos à região, além de apontar que a cobrança de pedágio, embora juridicamente caracterizada como preço público, deve necessariamente estar vinculada a uma contraprestação adequada de serviços, o que, segundo ele, requer análise criteriosa. Ainda em sua manifestação, alertou para os riscos de contratos de longa duração, como os previstos para concessões rodoviárias, destacando a complexidade jurídica envolvida e as possíveis distorções ao longo do tempo, especialmente em razão de

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

reajustes e alterações econômicas. Em resposta à proposição apresentada, afirmou que há possibilidade de adoção de medidas judiciais, desde que identificadas eventuais ilegalidades no processo, colocando a OAB à disposição para análise técnica e eventual atuação em defesa dos interesses da sociedade. Na sequência, foi registrada justificativa de ausência do vereador Rubens Vargas, em razão de procedimento cirúrgico recente. Dando continuidade, fez uso da palavra o vereador Éder Blanc, representante do município de Pelotas, que destacou a mobilização já realizada naquele município, incluindo a aprovação de moção contrária ao pedágio, subscrita pela maioria dos vereadores, a qual será encaminhada aos órgãos competentes em Brasília. Informou ainda sobre a organização de comitiva para participação em agendas institucionais, com o objetivo de protocolar manifestações junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Ministério Público Federal. O vereador relatou sua experiência junto ao setor de transporte, destacando os impactos diretos do pedágio sobre os custos operacionais, tanto no transporte de cargas quanto no transporte coletivo, ressaltando que tais custos acabam sendo repassados à população. Reforçou o posicionamento contrário à cobrança e defendeu a ampliação da mobilização regional. Apresentou proposta de realização de audiência pública no município de Pelotas em local estratégico, junto à praça de pedágio, com o objetivo de ampliar a participação popular, aliada à realização de manifestação pacífica e organizada, visando dar maior visibilidade ao movimento e pressionar as autoridades competentes. Dando continuidade à audiência pública, foi concedida a palavra ao representante da APROCAPEL, Everaldo, o qual iniciou cumprimentando as autoridades presentes e destacando sua ligação com o município de Canguçu. Em sua manifestação, abordou a questão do socorro nas rodovias, afirmando que a maioria dos caminhoneiros possui seguro, reduzindo a necessidade desse serviço por parte da concessionária. Sugeriu a ampliação de ambulâncias por meio de emendas e criticou contratos considerados desequilibrados, defendendo que tais instrumentos podem e devem ser contestados. Ressaltou ainda que diversas obras rodoviárias foram realizadas com recursos públicos federais, questionando a cobrança de pedágio. Também denunciou a baixa qualidade de materiais utilizados anteriormente pela concessionária, relacionando-os a acidentes, e defendeu que a região não necessita de pedágio, enfatizando a necessidade de posicionamento firme das lideranças e entidades. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Fábio, do município de Turuçu, que parabenizou a realização da audiência e destacou a importância de conscientizar a população sobre os impactos do pedágio. Afirmou que a cobrança encarece produtos e serviços, afeta toda a população, mesmo aqueles que não possuem veículos, e prejudica o desenvolvimento regional. Criticou o processo de realização das audiências públicas e o cronograma do leilão, classificando-os como inadequados, e reforçou a necessidade de mobilização das lideranças políticas contra a implantação do pedágio. Posteriormente, manifestou-se o representante dos bombeiros civis, Roger Treichel, que apresentou o grupo de voluntários “Sentinelas de Canguçu”. Informou que o grupo atua há mais de três anos em ações de apoio, incluindo atendimento em enchentes e campanhas solidárias, e destacou a intenção de estruturar uma força-tarefa para auxiliar no atendimento de emergências nas rodovias. Salientou que o trabalho voluntário visa complementar os serviços já prestados pelos bombeiros militares e pelo SAMU, contribuindo para suprir demandas

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

existentes no município e reforçando que é possível oferecer atendimento sem depender exclusivamente da concessionária. Por fim, o Vereador Jardel realizou encaminhamentos, destacando a importância de mobilizar entidades regionais e lideranças políticas para fortalecer o posicionamento contrário ao pedágio. Propôs o envio de documentos a órgãos como DNIT e ANTT, solicitando apoio aos municípios, especialmente nas áreas de saúde e atendimento emergencial. Ressaltou a necessidade de união entre os municípios da região sul e a continuidade da participação em audiências públicas. Também enfatizou o papel da Câmara na conscientização da população, bem como a importância de ampliar o debate e buscar apoio institucional para as demandas apresentadas. Nada mais havendo a tratar, a audiência foi encerrada às vinte e duas horas e sete minutos, ficando registrada a ampla participação popular, presenças de lideranças regionais, representantes de municípios vizinhos e o posicionamento majoritário contrário ao modelo de concessão apresentado, especialmente no que se refere à cobrança de pedágios na região sul. Para constar, lavrou-se a presente ata.

JARDEL SOUZA DE OLIVEIRA
Vereador Requerente da Audiência Pública

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4113-7520-D031-9873

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARDEL SOUZA DE OLIVEIRA (CPF 712.XXX.XXX-34) em 27/04/2026 14:25:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/4113-7520-D031-9873>